

Projeto de Resolução n.º 67/XVI/1.^a

Medidas para um mercado de trabalho mais preparado e qualificado para fazer face aos desafios da transição para uma economia verde

Exposição de motivos

A transição climática, decorrente das metas de neutralidade carbónica previstas no Acordo de Paris, no Pacto Ecológico Europeu e na Lei de Bases do Clima, implicará uma grande transformação na atividade económica com fortes impactos ao nível dos empregos, competências e formação, que para ser bem-sucedida e ser feita com justiça social deverá ter os seus impactos antecipados o máximo possível.

De acordo com um estudo recente levado a cabo por um conjunto de investigadores da Universidade do Minho¹, os chamados empregos verdes representam apenas 13,2% do emprego total em Portugal e estima-se a transição para uma economia de baixo carbono exigirá que o nosso país faça a requalificação de 150 mil trabalhadores e levará à criação de 42 mil novos postos de trabalho, maioritariamente nas áreas científicas, da energia e de consultadoria.

Estudos levados a cabo pelo ManpowerGroup revelam que 65% dos empregadores em Portugal estão atualmente a recrutar para empregos verdes ou planeiam fazê-lo, contudo 81% destes empregadores afirmam ter dificuldades Portugal em encontrar profissionais qualificados para o efeito.

Um dos caminhos para fazer face a estes desafios e problemas passa pela aposta na formação profissional, e para o efeito o anterior Governo criou, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2022, de 4 de outubro, e da Portaria n.º 21/2023, de 6 de janeiro, o Programa Trabalhos & Competências Verdes / Green Skills & Jobs, sob égide do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Este é um programa que se apresenta com objetivos importante para a transição para uma economia de baixo carbono, dos quais se destacam a prevenção “do risco de desemprego e promover a manutenção dos postos de trabalho nas entidades empregadoras direta e indiretamente afetadas pelo aumento dos custos da energia”, a promoção “da reconversão e (re)inserção profissional de desempregados no âmbito da economia verde e a sua colocação em vagas identificadas junto das entidades

¹ Francisco Carballo-Cruz, João Cerejeira, Rita Sousa e Sergey Volozhenin, Economia Verde e a Evolução do Mercado de Trabalho em Portugal, Centro de Relações Laborais, 2022.

empregadoras” e o objetivo de “dotar o mercado de trabalho de ativos com competências adequadas e que favoreçam um mais rápido ajustamento entre a oferta e procura de emprego na área da transição e eficiência energética”. O seu conteúdo formativo também se afigura relevante, com uma série de temáticas no âmbito da transição energética, que desenvolvem tais como a eficiência energética, a energia renovável, a eficiência hídrica, a mobilidade sustentável ou a economia circular.

Contudo, este programa apresenta-se com um conjunto de limitações estruturais que deveriam ser reponderadas. Por um lado, o âmbito dos destinatários deste programa é demasiado limitado para a dimensão dos desafios decorrentes da transição climática, já que só abrange “trabalhadores das empresas e de outras entidades empregadoras, direta ou indiretamente afetadas pelo aumento dos custos de energia ou em processo de aceleração da transição e eficiência energética” e os “desempregados, com idade igual ou superior a 18 anos, inscritos no Instituto do Emprego e da Formação Profissional”. Por outro lado, este é um programa de vigência temporária (até 31 de dezembro de 2024, ainda que prorrogável) e excessivamente associada ao aumento dos preços da energia gerado pela guerra na Ucrânia e aos desafios da transição energética, ignorando por completo por exemplo o contexto de seca estrutural que o país vive e o impacto de fenómenos climáticos extremos em certos sectores de atividade.

Para o PAN a formação profissional destinada a alargar as competências verdes dos trabalhadores não pode ter um âmbito tão estreito como o deste programa, nem tampouco pode ser encarada como algo excecional ou pontual.

Por isso mesmo, com a presente iniciativa o PAN pretende que até ao final do corrente ano o Governo leve a cabo, por um lado, uma avaliação dos resultados do Programa Trabalhos & Competências Verdes / Green Skills & Jobs, nomeadamente sobre a adequação do respetivo conteúdo formativo às necessidades do mercado nacional e sobre a satisfação dos formandos e impacto do programa na sua carreira profissional.

Por outro lado, é essencial que, levando em conta os resultados da dita avaliação e procurando suprir a falta de competências verdes da mão-de-obra existente, o Governo proceda à reformulação do Programa Trabalhos & Competências Verdes/ Green Skills & Jobs, em termos que possibilitem alargar o número potencial de destinatários de modo a incluir os trabalhadores das empresas e de outras entidades empregadoras, direta ou indiretamente, afetadas pela seca estrutural/escassez hídrica que afeta o país, de sectores onde se perspetiva uma maior necessidade de reconversão de competências em profissões existentes – que de acordo com o mencionado estudo levado a cabo por um conjunto de investigadores da Universidade do Minho são os sectores dos transportes e armazenagem, da captação, tratamento e distribuição de água, de saneamento, gestão de resíduos e despoluição, e das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

Deverá, ainda, abrir-se o caminho a que possam concorrer a este programa ou programa similar trabalhadores potencialmente afetados pelo processo de transição climática e que pretendam explorar outras alternativas laborais ou trabalhadores que queiram desenvolver as suas competências verdes, cujas entidades empregadoras não pretendam apresentar candidatura a este programa – sendo evidentemente necessário ponderar da necessidade de se criarem bolsas ou licenças para desenvolvimento de competências verdes que o possibilite e impeça perda de remuneração. Relembre-se que indo ao encontro desta preocupação do PAN, o já citado estudo dos investigadores da Universidade do Minho apontou para a necessidade de as políticas de formação para o emprego deixarem de ter um foco quase exclusivo nos processos de recolocação de trabalhadores.

Por fim e em linha com o recomendado pelo mencionado estudo, é essencial:

- Repensar e adaptar o Catálogo Nacional de Qualificações, em termos que possibilitem identificar as competências necessárias (verdes e afins) para dar uma resposta transversal às novas exigências, diretas e indiretas, colocadas pela transição climática nesta matéria nos vários setores de atividade e nas qualificações emergentes no âmbito da sustentabilidade, da economia circular, da redução de emissões, da eficiência energética, das energias renováveis e eficiência hídrica;
- Criar uma estrutura autónoma no âmbito dos Sistemas de Antecipação de Necessidades de Qualificação, gerido pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, que em articulação com os ministérios do ambiente, da educação, da economia e do trabalho, as confederações sindicais e empresariais, o Conselho para a Ação Climática, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, e o INE, com a competência para monitorizar as necessidades potenciais do mercado, em termos de educação e formação, para responder ao crescimento dos empregos verdes e das competências verdes e aos desafios da transição climática, bem como difundir conhecimento sobre empregos e competências verdes. Sublinhe-se que metodologia similar está a ser utilizada em França onde, em 2010, foi criado o observatoire national des emplois et métiers de l'économie verte, criado para identificar e compreender melhor os empregos na economia verde num contexto de reorientação do modelo económico ditado pelas exigências de transição climática e que também produz métodos e números de referência e análises para a difusão do conhecimento sobre empregos e profissões na economia verde.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República adopte a seguinte Resolução:

A Assembleia da República procurando assegurar um mercado de trabalho mais preparado e qualificado para os desafios da transição para uma economia verde, resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo:

- a) Que leve a cabo uma avaliação dos resultados do Programa Trabalhos & Competências Verdes / Green Skills & Jobs, nomeadamente sobre a adequação do respetivo conteúdo formativo às necessidades do mercado nacional e sobre a satisfação dos formandos e impacto do programa na respetiva carreira profissional;
- b) Que, partindo dos resultados de tal avaliação, proceda à reformulação do Programa Trabalhos & Competências Verdes/ Green Skills & Jobs, em termos que possibilitem alargar o número potencial de destinatários e passar a incluir os trabalhadores das entidades empregadoras, direta ou indiretamente, afetadas pela seca ou escassez hídrica e de sectores onde se perspetiva uma maior necessidade de reconversão de competências em profissões existentes, nomeadamente os sectores dos transportes e armazenagem, da captação, tratamento e distribuição de água, e de saneamento, gestão de resíduos e despoluição;
- c) Que na referida reformulação preveja a possibilidade de apresentação de candidatura à frequência deste programa ou programas similares por trabalhadores potencialmente afetados pelo processo de transição climática e que pretendam explorar outras alternativas laborais e por trabalhadores que queiram desenvolver as suas competências verdes, cujas entidades empregadoras não pretendam apresentar candidatura a este programa, ponderando para o efeito a criação de bolsas ou licenças para desenvolvimento de competências verdes;
- d) Que leve a cabo as diligências necessárias a uma adaptação do Catálogo Nacional de Qualificações, em termos que possibilitem identificar as competências necessárias para dar uma resposta transversal às novas exigências, diretas e indiretas, colocadas pela transição climática nesta matéria nos vários setores de atividade e nas qualificações emergentes no âmbito da sustentabilidade, da economia circular, da redução de emissões, da eficiência energética, das energias renováveis e eficiência hídrica; e

- e) Que avalie a criação de uma estrutura autónoma a funcionar no âmbito dos Sistemas de Antecipação de Necessidades de Qualificação, que em estreita articulação com os ministérios do ambiente, da educação, da economia e do trabalho, as confederações sindicais e empresariais, o Conselho para a Ação Climática, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, e o INE, tenha a competência para monitorizar as necessidades potenciais do mercado, em termos de educação e formação, para responder ao crescimento dos empregos verdes e das competências verdes e aos desafios da transição climática, bem como para difundir conhecimento sobre empregos e competências verdes em Portugal.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1 de Maio de 2024

A Deputada,

Inês de Sousa Real